

**HABEAS CORPUS Nº 548.957 - SP (2019/0358498-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : ANA PAULA APARECIDA FRANCA  
**ADVOGADO** : ANA PAULA APARECIDA FRANÇA - SP414512  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : DANIEL CAMARGO DE ARRUDA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de DANIEL CAMARGO DE ARRUDA contra acórdão da 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC nº 2242933-09.2019.8.26.0000).

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do delito tipificado no art. 33 da Lei nº 11.343/06. A prisão foi convertida em preventiva.

Buscando a revogação da custódia, a defesa impetrou a ordem originária, que foi denegada pelo Tribunal *a quo*, em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 61/67):

*“Habeas Corpus”. Pretendida liberdade provisória ou substituição do encarceramento por medidas cautelares. Tráfico ilícito de entorpecentes. Critério judicial ponderado, notadamente pelas circunstâncias e gravidade do crime. Inexistência de violação ao princípio da inocência. Incompatibilidade da liberdade, para casos graves. Impossibilidade da concessão dos benefícios pleiteados. Inaplicabilidade de medidas cautelares alternativas. Garantia da ordem pública preservada. Precedentes fortes na jurisprudência. Prisão cautelar mantida. Ordem denegada.*

Na presente impetração, a defesa alega que a prisão foi fundamentada exclusivamente na gravidade abstrata do delito e em vedação legal que não subsiste. Entende que seria suficiente a aplicação de medidas cautelares alternativas.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Na espécie, em um juízo de cognição sumária, entendo haver indícios de ilegalidade a justificar o deferimento da medida de urgência.

De acordo com os autos, após homologar o flagrante, o Magistrado de primeiro grau reconheceu a existência de materialidade e indícios de autoria e converteu a prisão em flagrante em preventiva, declinando os seguintes motivos (e-STJ fls. 54/56):

*O auto de prisão em flagrante está regular e formalmente em ordem, inexistindo qualquer irregularidade ou nulidade apta a justificar o seu relaxamento. Além disso, foram cumpridas todas as formalidades legais e respeitados os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal vigente. Em cognição sumária, da análise dos elementos informativos reunidos nos autos, verifica-se, numa primeiro exame, que há prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria e do dolo do agente. Assim, diante dessas circunstâncias, infere-se que a prisão em flagrante foi legítima e legal. Por primeiro, é de se considerar sobre a necessidade da decretação da Prisão Preventiva do(a,s) autuado(a,s). Observando o contido até então nos autos, deve mesmo ser decretada a prisão preventiva do(a,s) autuado(a,s) acima mencionado(a,s). Trata-se, em tese, de gravíssimo crime de tráfico de drogas. Situações tais, graves, devem ser coibidas com algum rigor por parte da Justiça, sob pena da impunidade levar ainda mais descrença na população já cansada de tanta criminalidade. A ordem pública, já tão abalada com a questão das drogas e da violência, fica comprometida com a colocação do autuado em liberdade. Por fim, ressalto que o artigo 323, inciso II, do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei nº 12.403/11, dispõe sobre o não cabimento da liberdade provisória nos crimes de tráfico ilícito de drogas. Patentes os motivos para a prisão preventiva, observados os artigos 311,*

*312 e seguintes do CPP, resta ao Poder Judiciário converter a prisão em flagrante em prisão preventiva, com a decretação da medida extrema neste caso, como garantia da ordem pública e mesmo para a norma! instrução processual e aplicação futura da lei penal. Colocado tudo isso, CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA, nos termos do artigo 310, inciso 11, c.c. artigo 312, “caput”, ambos do Código de Processo Penal, para garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e para aplicação de futura lei penal.*

O Tribunal *a quo*, ao examinar a ordem originária, manteve a prisão, tecendo considerações igualmente abstratas (e-STJ fls. 61/67):

*Sem qualquer mínima razão a impetração, que busca liberdade provisória ou substituição do encarceramento por medidas cautelares a acusado de tráfico ilícito de entorpecentes.*

*O paciente responde por crime grave, gravíssimo — equiparado a hediondo, ressalte-se.*

*Tem-se que, pelo próprio estudo teleológico do Processo Penal, o que impõe e torna obrigatória a prisão cautelar é a gravidade do delito, em si, e a seriedade com que tem ele que ser tratado.*

*Não se pode perder de vista que a legislação traz consigo a imposição do espírito da política criminal adotada.*

*E esta política deixa claro, ao renovar tanto a lei material (Lei nº 11.343/06) quanto a processual (Lei nº 12.403/11), que os crimes considerados graves — aqui gravíssimo, em verdade — devem ser tratados com reprovabilidade recíproca por parte do Estado.*

*Ora.*

*A recente redação do art. 282 do Código de Processo Penal estampa claramente quais os ditames da política criminal com relação à prisão.*

*Evidente que a regra é a liberdade, por ser direito 'innatu' do cidadão comum.*

*Todavia, aquele que viola a norma penal infringe os valores sociais nela incutidos — que visam à manutenção da sociedade e dos direitos fundamentais — claramente a destruir os pilares da vida em comunidade.*

*Com isto, faz o Estado agir, em represália e atenção, também, à gravidade de sua conduta (art. 282, I e II, do Código de*

*Processo Penal).*

*E a situação merece tratamento severo.*

*Atente-se que o art. 313, I, do Código de Processo Penal prevê a possibilidade de prisão preventiva para crimes dolosos cuja pena máxima exceda quatro anos.*

*A fazer compreender que o Estado considera tais crimes graves.*

*O tráfico de drogas possui pena mínima de 5 anos.*

*Trata-se de crime nefasto, que deturpa a sociedade, destrói seres humanos e lares, bem como ampara todo o mundo da criminalidade.*

*E aquele que dissemina entorpecentes, cujos vícios e suas mais variadas sequelas são odiáveis e de difícil recuperação, a causar transtornos não só ao dependente, como a todo seu seio familiar e social, contribui para a destruição da própria sociedade.*

*Gravíssimo, hediondo, portanto, o tráfico de drogas.*

*Por isso que absolutamente inviável a substituição da custódia cautelar por alguma das medidas substitutivas da prisão.*

*Daí que a imposição de clausura durante o processo, quando há, como aqui, em tese, indícios suficientes, tanto de materialidade, como de autoria, é medida de prudência e extrema necessidade.*

*Recheados de julgados nossos compêndios no sentido de ser mantida a prisão preventiva, em hipóteses de apontados cometimentos com resultados graves, como aqui.*

*“No conceito da ordem pública, não se visa apenas prevenir a reprodução de fatos criminosos, mas acautelar o meio social e a própria credibilidade da justiça em face de gravidade do crime e de sua repercussão”(Supremo Tribunal Federal, Min. Carlos Madeira, RTJ 124/033).*

*Donde a solução encontrada pelo julgador ilustre de origem, mantendo a custódia do acusado, até solução final, ser medida de prudência, zelo e preocupação com o social.*

*Garante-se, com isso, a ordem pública e social e previne-se eventual desaparecimento do acusado.*

*Pretexta, ainda, carência de fundamentação da decisão que decretou a prisão preventiva.*

*E nada obstante o respeito e consideração que se dedique à ilustre tese defensiva, verdade é que não se pode cassar a*

*custódia, in casu, também por esta razão.*

*A decisão de origem (f. 48/50), mais que fundamentada, cumpre absoluta e perfeitamente os requisitos legais, porque esclarece quais os fundamentos e justificativas para a necessidade prisional.*

*Que são aqui encampados e adotados.*

*Ao referir-se às circunstâncias do fato e à gravidade do delito, está-se, por sem dúvidas, justificando-se plenamente a atuação do Estado, na coarctação da liberdade de ir e vir do cidadão.*

*Permitindo, então, à sociedade, que veja encarcerado aquele que mereça ser banido do convívio social, como aqui.*

*Para a proteção dela e de todos os seres de bem que querem ver o Judiciário atuando.*

*Se assim é, não se há negar que fundamento e motivação existem e são absolutamente adequados.*

*Assim e tecnicamente, falta de fundamentação não há.*

*Demais e reprisando-se o que já se firmou, absolutamente incompatível a liberdade, para casos de crimes graves, como aqui.*

*Por quaisquer ângulos que se enxergue a situação, portanto, não tem razão a impetração, daí porque acertado o decreto prisional.*

*Nega-se a ordem.*

Efetivamente, os aspectos mencionados na decisão inicial, mantida pelo Tribunal estadual, em uma análise preliminar, não justificam a prisão preventiva da paciente, com base nas hipóteses excepcionais do art. 312 do CPP.

Veja-se que a decisão limita-se, em suma, a mencionar a gravidade abstrata do delito e o mal social decorrente do tráfico - elementos não suficientes para, por si só, justificar a prisão, em especial diante da primariedade da acusada.

Ademais, pleno do Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade da expressão "e liberdade provisória", constante do art. 44 da Lei nº 11.343/2006, determinando a apreciação dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, para que, se for o caso, seja decretada a segregação cautelar.

# Superior Tribunal de Justiça

No caso, porém, nem sequer foram mencionados os fatos em questão, de modo que ambas as decisões seriam aplicáveis a qualquer acusado pelo delito de tráfico. Evidente, portanto, seu caráter genérico.

A propósito, é de se atentar que *A restrição corporal cautelar reclama elementos motivadores extraídos do caso concreto e que justifiquem sua imprescindibilidade. Insuficiente, para tal desiderato, mera alusão à gravidade abstrata do crime, reproduções de elementos típicos ou suposições sem base empírica* (HC n. 126.815, Relator Ministro MARCO AURÉLIO, Relator p/ acórdão Ministro EDSON FACHIN, Primeira Turma, julgado em 4/8/2015, publicado em 28/8/2015).

Ante o exposto, **defiro** a liminar para assegurar ao paciente a liberdade provisória, mediante o cumprimento de medidas cautelares previstas nos incisos I e VI do art. 319 do CPP - sem prejuízo da fixação de outras pelo magistrado local -, até o julgamento do presente *habeas corpus*.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal impetrado e ao Juízo de primeiro grau, encaminhando-lhes o inteiro teor da presente decisão.

Abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator